

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO

(Do Sr. Zezéu Ribeiro)

Requer a realização de audiência pública para debater os problemas relativos à construção do metrô de Salvador.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater os problemas relativos à construção do metrô de Salvador. Sugiro que sejam convidados representantes tanto dos órgãos públicos dos três níveis de Governo com responsabilidade sobre a obra em questão, ou que controlam recursos destinados à mesma, quanto representantes do Banco Mundial e de entidades da sociedade civil afetas ao tema.

JUSTIFICAÇÃO

Com a previsão de um atendimento inicial de mais de 200 mil pessoas por dia, o metrô de Salvador teve suas obras orçadas em torno de R\$ 700 milhões, quantia que envolve recursos do Banco Mundial, da União, do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador. A construção de 1,4 km de túneis, de 4,7 km de elevados, de 5,8 km de vias de superfície e de 8 estações, bem como a aquisição de 12 trens, somente no trecho Lapa-Pirajá, dão a dimensão desse empreendimento.

O processo de implantação desse importante empreendimento vem gerando variados e complexos problemas, que merecem solução urgente.

O primeiro contrato para as obras de construção civil do metrô de Salvador não foi com a empresa vencedora, resultando em sérios questionamentos jurídicos sobre o processo licitatório. A segunda licitação para fornecimento de material rodante e sistema de sinalização e controle, além de concessão para operação do sistema, gerou outra chuva de problemas.

Mas o maior entrave na construção do metrô de Salvador decorre do resultado das auditorias efetivadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta uma série de irregularidades na gestão do empreendimento, desde a sua origem. A conclusão das auditorias do TCU recomenda “a cautelar paralisação da obra em função de ser um péssimo negócio para a Prefeitura”.

Ocorre que, além do metrô ser fundamental para a qualidade de vida do povo de Salvador, a eventual paralisação das obras poderá representar a demissão de 750 empregados diretos e cerca de 1.800 indiretos, o prolongamento da conturbação do trânsito desviado em torno da obra, sem falar nos custos adicionais para a futura retomada dos serviços.

A necessidade de transparência e lisura na condução desse empreendimento essencial para a nossa metrópole e, ainda, o dever constitucional do legislativo de acompanhamento sistemático das políticas públicas implementadas no País, levam-nos a propor a realização, imediata, de uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Viação e Transportes, e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, para debate e apuração de todos os problemas referentes à construção do metrô de Salvador.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Zezéu Ribeiro